

## A mulher no ministério ordenado da igreja

Kátia Maia Okada

### Introdução

"Mulher: a grande mudança no Brasil", é o tema da edição especial da *Veja*, lançada no mês de agosto. Através dessa edição, *Veja* apresenta à sociedade o perfil da grande mutação em curso da metade (51%) feminina do país. A transformação é surda e silenciosa, mas não lenta, afirma um de seus editores.

Num dos artigos, a advogada Branca Moreira Alves, atual coordenadora regional do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, é assertiva na sua afirmação de que "o movimento de mulheres do mundo é, talvez, o movimento humano mais forte desde a Revolução Francesa. Ele questiona não apenas o movimento social, mas também a ciência, a educação, o conto de fada, a religião..."<sup>1</sup>

É inquestionável a afirmação acima de que este movimento questiona todas as áreas e não apenas a vida social. Questiona, inclusive, o papel da mulher na religião. E é sobre esta questão que gostaria de refletir neste trabalho. Quero focalizar aqui a mulher que tem uma vocação religiosa, e como se dá, hoje, a sua inserção e participação no ministério ordenado na igreja, no caso, da igreja evangélica, onde localizo a minha prática e vivência atuais.

Quero dividir esta reflexão em três partes: na primeira, uma olhada rápida para a história, para verificarmos como se deu essa participação da mulher, principalmente, na fase da implantação da igreja cristã; na segunda, uma olhada para a situação atual da mulher vocacionada, na igreja evangélica; por último, uma olhada para os desafios futuros que se colocam diante de nós, se queremos relações mais justas e solidárias, entre homens e mulheres, tanto na igreja como na sociedade.

1 Revista *Veja*, agosto de 1994, ano 27, p.8.

Escrevo, não como alguém que está de fora, apenas observando. Mas, como quem vive, a partir de dentro, os conflitos, as tensões, as lutas, as conquistas, as frustrações de ser mulher e de ocupar espaço no "mundo dos homens"; como quem aspira cumprir uma vocação, ainda entendida em muitos círculos como "coisa pra homem", com a liberdade de exercê-la como mulher, e de ir descobrindo, na caminhada, seu jeito próprio, singular, de experimentar e falar do mistério de Deus.

### I

#### Uma olhada para a história

Gostaria, aqui, de fazer uma breve análise da participação da mulher num momento da história da igreja: a fase de implantação e consolidação da igreja cristã. A razão dessa escolha é que creio que alguns dos problemas que enfrentamos hoje têm suas raízes naquela fase, quando a igreja estava se estruturando.

##### 1. A mulher nos tempos de Jesus

Quando se fala no nascimento da igreja cristã, não podemos deixar de nos referir, ainda que brevemente, à religião judaica, o solo de onde brota o cristianismo. Muito já foi escrito acerca da posição da mulher no judaísmo. Quero apenas ressaltar que, nos tempos de Jesus, a mulher se encontrava num estado de opressão e desvalorização inaceitáveis, criado pela liderança religiosa e política da época. Alguns exemplos servem para revelar esse estado de desvalorização da mulher: para a realização dos cultos, só a presença dos homens era necessária; não se permitia à mulher ler ou estudar a Torá, nem participar na festa da páscoa; além disso, era-lhe proibido apresentar-se em juízo como testemunha. Nestas condições, não foram confiadas à mulher funções ministeriais.<sup>2</sup>

Embora não existia, por parte de Jesus, nenhuma afirmação exclusiva e direta em relação a esta situação de desvalorização da mulher, as suas atitudes, palavras e tratamento dispensado às mulheres refletem que ele não se enquadra dentro do pensamento vigente em sua época. Pelo contrário, ele manteve com as mulheres uma relação sem constrangimento, livre, cheia de respeito pela sua pessoa, dissociada dos tabus dualísticos e ascéticos da época.

Neste ponto, surge uma pergunta: por que, então, Jesus não incluiu mulheres entre os doze apos-

2 Ida Raming, "Da liberdade do evangelho à igreja estratificada de homens". In: A mulher numa estrutura eclesial masculina. *Concilium* v.154, 1980/4, p.7.

apóstolos? Este é um argumento forte a favor do sacerdócio restrito aos homens apenas. “*Porém, mesmo que remonte ao próprio Jesus uma instituição de ministério e missão apostólicas e que ele só tenha chamado homens para este serviço, isto não constitui prova de um ato expresso da vontade de Jesus, no sentido de querer limitar este ministério aos homens*”, segundo Ida Raming<sup>3</sup>, como conclui a declaração do Vaticano concernente ao acesso das mulheres ao ministério sacerdotal (de 1976). Deve-se, pois, distinguir entre a atitude de Jesus face à mulher como indivíduo, que está livre de qualquer discriminação, e seu ponto de vista a respeito das estruturas sociológicas preexistentes; o ministério como serviço público, caracterizado no âmbito do judaísmo como exclusivamente do homem, cai em categorias sociológicas que escapam à ação reformadora direta de um indivíduo, afirma Raming. Disto ela conclui que “*uma adaptação de Jesus às estruturas sociológicas existentes não se pode interpretar como ratificação das mesmas*.”<sup>4</sup>

Na base de tal interpretação há um mal-entendido fundamental do Espírito de Jesus, pois ele não deixou nenhuma obscuridade quanto à maneira como queria que fosse entendido o ministério na comunidade, a saber, exclusivamente como serviço e não exatamente como instrumento do domínio em que ele se transformou praticamente, graças à exclusão expressa, legalmente solidificada, da mulher; segundo a vontade de Jesus, não se devia constituir nenhum grupo cristão dirigente que, através da usurpação de títulos e privilégios, fundasse uma relação hierárquica com os demais cristãos. A recusa do título de pai (Mateus 23,8-11; 20,25-28) é uma prova disso.

## 2. A mulher nos tempos apostólicos

Na primeira fase da atividade missionária da comunidade recém-formada, dentro da esfera cultural greco-romana, esta concepção de ministério como serviço, que não está restrito a um determinado sexo, parece realizar-se ainda; na certeza de que a *parousia* está próxima, a difusão da verdade é, de fato, tão mais importante, que toda ajuda é bem-vinda. Mulheres de classe média, de recursos e, ao que parece, independentes, foram muitas vezes as primeiras destinatárias da nova mensagem e assumiram, por sua vez, funções de responsabilidade na sua propagação (confira Rm 16,1-16; 1 Co 16,19; At 16,14-18). E na

verdade, não só como patronas de comunidades domiciliares, mas também como dirigentes de comunidades locais (Rm 16,1-16). A atuação de profetisas era também conhecida e estimada nas comunidades paulinas (1 Co 11,5; At 2,17). A concepção carismática de serviço comunitário, que permitia o desenvolvimento de uma grande quantidade de dons diversos - expresso de maneira negativa: a falta de uma organização fixa e de uma hierarquia ministerial - possibilitou uma participação ativa das mulheres na construção, direção e vida das primeiras comunidades cristãs.

O modo de vida relativamente independente e mais livre nas grandes cidades do mundo greco-romano, comparado com a situação da mulher judia, constituía uma condição prévia mais favorável.

## 3. A mulher na fase de hierarquização da igreja

Com o passar do tempo, a organização carismática das comunidades paulinas vai desaparecendo, com a diminuição crescente da esperança na *parousia*, e a estrutura ministerial vai se firmando progressivamente e aperfeiçoando-se de acordo com o modelo de cunho patriarcalista, herdadas do judaísmo e do heilenismo.

Nessa igreja em processo de hierarquização, em que se acentuarão os aspectos sacerdotais e a distinção clero-laicato, as mulheres receberão um lugar cada vez mais limitado.

Muito poderia ser dito, neste ponto, mas quero restringir-me a analisar dois ministérios exercidos por mulheres, nesta fase, a saber, o instituto das viúvas da comunidade (1 Tm 5,3-16) e o ministério das diaconisas (1 Tm 3,11). Na evolução destes ministérios femininos, tornam-se exemplarmente evidentes alguns dos fatores que desalojaram as mulheres do âmbito do ministério eclesiástico e a confinaram num papel inteiramente passivo e inferior.

Primeiro: O instituto das viúvas - parece tratar-se de uma forma autônoma de presbiterato feminino, cuja origem resulta das relações dos sexos. Disto resultaram como encargos para as viúvas: apostolado entre as mulheres a domicílio, associado a serviços diaconais de caridade (por exemplo, orar pelas enfermas). Mais tarde, menciona-se expressamente o serviço da prece.

Já na Didascália Síria, uma regulamentação eclesiástica em defesa contra correntes heréticas, as funções da viúva são claramente reduzidas: “é-lhe vedada toda e qualquer instrução religiosa, mesmo em pequeno círculo; está estritamente excluída da administração dos sacramentos (proibição do batismo); tranca-

3 Ida Raming, loc. cit.

4 Ibid., p.8.

da em casa, deve-se limitar ao serviço da oração, ficando, desta maneira, classificada como asceta.<sup>5</sup>

Interessante é uma afirmação de Hipólito de Roma na Tradição Apostólica: uma viúva “*deve ser instituída pela palavra, no meio das outras, mas não ordenada. Não se lhe imporá as mãos porque ela não tem serviço litúrgico e não oferece a oblação. Ora, a ordenação faz-se para os clérigos com vista ao serviço litúrgico*”<sup>6</sup>.

A redução do direito eclesiástico e das atividades da viúva explica-se, segundo as fontes, pelo fortalecimento do episcopado. Equivalente ao presbítero masculino, foi vista e temida como concorrente do diaconato presbiteral e episcopal. Pelo mesmo motivo, isto é, por medo de que as viúvas pudessem apropriar-se do direito do presbítero, o Concílio de Laodicéia (343 d.C.) estabeleceu definitivamente que no futuro não mais se poderiam investir mulheres como presbíteras na igreja.

Segundo: O ministério das diaconisas - Em lugar do instituto das viúvas, que ficou restrito à oração, a Didascália dos Apóstolos, no oriente, instituiu a mulher diácona. Aqui, o bispo escolhe e estabelece como diácono um homem, para as coisas necessárias, e uma mulher para o serviço das mulheres. Enquanto as funções do diácono eram extensas - assistir ao bispo, inclusive na celebração da eucaristia, encarregar-se da boa ordem da assembléia - as das mulheres diaconisas eram limitadas ao grupo feminino. “*Que uma mulher diácono unja as mulheres... e quando a batizada sair da água, que a mulher diácono a acolha e explique e ensine como é que o selo do batismo deve ser conservado intacto na pureza e na santidade*”.

Embora a diaconisa receba, em virtude da ordenação, um determinado lugar na hierarquia ministerial da igreja e pertença ao clero, não pode passar despercebido que seu ministério é fortemente restringido em favor dos ministros masculinos, ficando subordinado a estes. E com a penetração crescente de correntes ascéticas no âmbito da igreja, as diaconisas são forçadas à forma de vida ascética das virgens consagradas a Deus, tendo que recluir-se à vida claustral e ficar excluídas do serviço público à comunidade.

Isto é o fim do ministério das mulheres na igreja institucionalizada. Na proibição de ordenar diaconisas, decretada por muitos Sínodos Galicanos dos séculos IV a VI, manifesta-se ainda uma outra tendência que não podia deixar de ser mencionada. São correntes hostis à mulher que vão penetrando na igreja, em consequência da crescente sacralização do Antigo Testamento. Assim, a mulher é afastada do domínio do culto no fim da Idade Antiga e começo da Idade Média.

Daí para frente, o afastamento da mulher da es-

fera do ministério eclesiástico adquire cada vez mais forma jurídica. Os decretos papais e decisões conciliares só têm para a mulher proibições, vedando-lhe o exercício de funções pastorais, bem como de atividades culturais e litúrgicas.

Neste breve apanhado histórico, uma percepção fica clara. Através da história, o conceito de ministério cristão tem-se bifurcado em vertentes com significados distintos. Por um lado, estão aqueles que têm exercido seu ministério com uma autoridade hierárquica, que lhes permite receber a nomeação de bispos, presbíteros, diáconos, pastores, etc. Sua investidura lhes permite ser reconhecidos pelo grupo, ao qual ministram, para a exposição da palavra, a administração dos sacramentos, e ser representantes da igreja local junto aos foros eclesiásticos. Nesta vertente, os integrantes têm sido homens, geralmente.

Por outro lado, estão aqueles que exercem um ministério sem posição hierárquica, limitando seu campo de ação a lugares e grupos específicos. Inclusive o título que se dá a essas pessoas é modificado: de bispo-pastor a missionário/missionária, obreiro/obreira; de diácono a colaborador; de sermão a estudo bíblico ou meditação. Nesta vertente se encontra a grande maioria das mulheres que exercem uma vocação.

Ou seja, tem-se permitido à mulher participar do ministério eclesiástico até onde não se dêem indícios de que este ministério constitua uma ameaça à autoridade hierárquica estabelecida.

## II

### Patologias da igreja evangélica

A tarefa de buscarmos compreender o contexto no qual vivemos é das mais difíceis. Até certo ponto, é mais fácil analisar textos e documentos do passado do que avaliar o nosso próprio momento histórico.

Porém, o esforço aplicado no estudo das fontes e documentos que falam dos fundamentos da igreja cristã não terá valor algum se não puder fornecer parâmetros para avaliar a nossa prática atual e nos desafiar para encontrar novos caminhos de obediência a Deus.

Gostaria de apontar aqui para algumas realidades, tais como as percebo, a partir da minha própria vivência, como pastora Metodista Livre, e como companheira de caminhada de outras mulheres que, com ou sem títulos e posições, seguem trabalhando, incansavelmente, na construção do reino de Deus.

#### 1. A questão da liderança feminina na igreja e da ordenação de mulheres

Tomo a liberdade aqui de referir-me à minha

5 Ibid., p.10.

6 Monique Alexandre, “Do anúncio do reino à igreja”, In: *A História das Mulheres no Ocidente*, v.1, p.539.

própria igreja, a fim de levantar algumas questões. Herdeira de uma tradição eclesial mais aberta, a Igreja Metodista Livre aceita a ordenação de mulheres. No entanto, a despeito de toda a abertura que a disciplina da igreja oferece, a presença de mulheres, ao menos no Concílio Nikkei (constituído, na sua maioria, por japoneses e descendentes) é mínima. São apenas duas mulheres ordenadas para quase 30 ministros homens. Isto me faz pensar que, apesar de algumas igrejas já terem o espaço aberto para a ordenação de mulheres, a questão não está tão bem resolvida como parece. Tenho me perguntado: onde estão as mulheres? Por que elas não ocupam o espaço aberto para elas?

Não creio que tenha a resposta para esta pergunta, ainda. Mas me arrisco a fazer algumas suposições. Uma primeira está ligada a uma interpretação, a meu ver equivocada, da mulher como "auxiliadora". Esta palavra tem sido usada, muitas vezes, para afirmar que a mulher foi feita para auxiliar, para trabalhar "à sombra" do marido, se for casada, e não para assumir um ministério próprio. Há a idéia de que ela não deve aparecer, mas trabalhar na "surdina", sendo a mulher que está sempre "atrás de um grande homem".

Outra idéia que contribui para este estado de coisas é a idéia de que "liderar não é feminino". Existe um processo de castração da mulher, para que esta fique no seu "devido lugar", esperando e apreciando a performance masculina. Isto está de tal forma introjetado nas mulheres que Colette Dowling o denominou de "complexo de cinderela". O que se espera de uma cinderela? Nada, a não ser que ela fique esperando o seu príncipe encantado, o qual deverá tirá-la da sua mísera situação, sendo a solução para todos os seus problemas. Esta atitude passiva de "cinderela" geralmente é elogiada e respeitosa classificada como feminina.

O que ocorre, na prática de minha denominação, é que, com exceção de um caso, todas as mulheres que se consagraram ao ministério, e foram para um seminário teológico, casaram-se com um pastor, e tornaram-se as "auxiliadoras" do pastor. Nenhuma delas caminhou no sentido de buscar a ordenação, ou mesmo desenvolver uma identidade própria no ministério.

Sendo solteira, vivo uma situação diferente dentro da igreja. Após terminar o curso teológico e cumprir as etapas requisitadas, fui ordenada e passei a integrar a equipe pastoral da igreja onde estou atualmente. Nesta situação, percebo um certo incômodo, principalmente das mulheres, em relação à minha posição. Compreendo o incômodo, pois esta situação é uma quebra do padrão já estabelecido: a mulher foi feita para auxiliar, não para liderar. Por isso, é estranho que eu permaneça

no pastorado e solteira. É como se meu ministério somente pudesse ser legitimado por meio do casamento com um pastor, o qual eu passaria a auxiliar no desempenho do seu ministério (o dele, não o meu próprio).

Paralelamente, há uma outra situação diferente. Algumas esposas de pastores estão optando por um trabalho fora de casa; outras, por voltar a estudar, buscam uma formação profissional. Ao romperem com o padrão estabelecido da mulher que é "auxiliar do pastor", buscando identidade própria e realização profissional, alguns problemas começam a surgir, ameaçando a estabilidade da família do pastor. É uma questão complexa, que não cabe tratar aqui, mas o ponto que me interessa é que essa situação é vista ainda como um desvio do padrão; espera-se que a mulher abraça a vocação do marido. Parece que é preciso dissociar a imagem da mulher vocacionada para o ministério da imagem da esposa do pastor, como se essa fosse a única forma como a mulher pode exercer sua vocação. Ainda assim, uma vocação que se exerce num segundo plano, como coadjuvante, e não como protagonista.

Sem dúvida, estamos em tempos de transição, de mudança de papéis. E as mudanças são geradoras de crises, sim; mas são saudáveis, na medida em que nos conduzem a novos caminhos, novas percepções. No caso de minha denominação, talvez, estejamos à porta de novas realidades: pastoras solteiras; pastoras casadas com leigos; esposas de pastores, bem sucedidas em outras profissões. Em todas essas situações, o grande desafio é que a mulher, tanto quanto o homem, possa ouvir e responder, por ela mesma, à vocação que lhe é dada por Deus e possa exercê-la, como protagonista, no palco da sua própria história, e não como sombra do outro.

## 2. A situação das "obreiras"

Esta é uma outra realidade problemática em se tratando do ministério da mulher: as chamadas "obreiras". O próprio nome "obreira", em contraste com o nome "pastor", já indica uma não-identidade. E apesar de, muitas vezes, cumprirem as funções pastorais, não são incluídas nos quadros oficiais da igreja e não têm voz no fórum eclesial.

É interessante perguntar-se, neste ponto, por que homens e mulheres, enquanto seminaristas, localizam-se no mesmo nível, e, após alguns anos de ministério, o desnível de crescimento entre um pastor homem e uma obreira mulher, quanto à articulação e formação de opiniões próprias, lideranças, experiência pastoral, se torna tão nítido.

Os pastores recém-formados assumem o pastorado de suas igrejas, e, bem ou mal, têm todo espaço para crescerem no ministério. Portanto, eles já têm um caminho traçado. E as igrejas que os recebem esperam que eles assumam a liderança, que sejam “pastores”.

O caminho das mulheres não está definido desta forma. Ninguém questiona um jovem pastor, que pede sua ordenação, quanto ao porquê de estar fazendo isto. Nem mesmo interpreta isto como sinal de presunção (afinal, este é o caminho natural...). Mas quando uma obreira começa a pensar sobre a possibilidade de ordenação, há um caminho maior a ser percorrido. Já ouvi comentários do tipo: “fulana é pastora, mas também, ela é o que é” (como se dissesse: “só as brilhantes é que podem”). Não é justo exigir uma “superperformance” feminina para que esta seja aceita no quadro de ministros. É preciso dar as mesmas oportunidades de crescimento, e, além disso, dar margem às “cabeçadas”.

### 3. “Ministério masculino” e “ministério feminino”

Alguém poderia achar estranho falar-se em “ministérios masculinos” e “ministérios femininos”. Afinal, alguns argumentariam, a mulher participa em quase todos os ministérios da igreja no mesmo nível de autoridade que os homens. É preciso questionar esse discurso, de certa maneira triunfalista, que afirma que a mulher evangélica tem adquirido um novo status dentro das atividades da igreja.

Esta perspectiva não questiona, por exemplo, a participação das mulheres nos ministérios que a igreja, principalmente as igrejas históricas, reconhecem como sendo ministérios específicos de serem exercidos por homens.

É verdade que as escolas bíblicas e os seminários estão abertos para mulheres que desejam receber uma preparação teológica. No entanto, mesmo nestas instituições, se sugere às mulheres que se especializem em certos e determinados ministérios: música, educação cristã, pastoral infantil, esposa de pastor, etc. Novamente, as estruturas sócio-culturais que atribuem papéis femininos e masculinos se fazem evidentes.

A verdade é que as mulheres têm feito apenas aquilo que lhes é permitido ou que interessa aos homens que elas façam. Elas podem ensinar as crianças na escola dominical, afinal “criança é coisa de mulher mesmo”. Podem ensinar também as senhoras. Porém, são poucas as igrejas onde mulheres estão ensinando grupos de homens, especialmente adultos.

Quanto ao ministério de exposição da palavra, a mulher ocupa também um espaço limitado. Em alguns casos, quando se permite à mulher a pregação, não se permite que ela o faça do púlpito, que tem se

tornado exclusivo do homem e um símbolo sagrado que só pode ser usado por aquele que tem autoridade. Essa é uma aberração teológica, posto que o objeto, o púlpito, passa a ser visto como fonte de autoridade, e não a palavra. Neste caso, as mulheres continuam pregando, sem importar com o lugar.

Outro aspecto da linguagem é o que faz referência ao nome que se dá ao que a mulher realiza. A mulher faz meditação, estudo, testemunho; há um receio de se chamar a sua fala de sermão. Aqui, as próprias mulheres têm assumido essa situação. Não se reconhece na mulher autoridade para ministrar a palavra, sendo que, em algumas ocasiões, os pregadores homens denotam falta de seriedade ao expor a palavra, porém isto não se questiona.

Permite-se à mulher também auxiliar na assistência aos necessitados, pois a mulher é “naturalmente” mais compassiva. É verdade que o espírito de serviço é algo que distingue a mulher. É um diaconato silencioso, exercido com amor. Porém, em nível hierárquico, as igrejas, em seus corpos diaconais, não incluem as mulheres, de forma geral. Algumas poucas igrejas têm nomeado diaconisas, porém estas não participam no sentido da autoridade para tomar decisões, e não são preparadas para ser ordenadas, como o são os homens. Qual é a fonte, então, da autoridade e idoneidade para o serviço?

Outra área onde a mulher tem atuado muito fortemente é na área de proclamação do evangelho, de evangelismo e missões. Porém o que acontece, muitas vezes, é que quando uma mulher inicia uma obra missionária, os crentes crescem em quantidade e qualidade espiritual; no momento em que o trabalho se formaliza quanto à sua organização como igreja, um homem toma o lugar da mulher e esta vai iniciar outro trabalho de novo. Esse fato deveria ser questionado primeiro pelas próprias mulheres, se estão seguras de sua vocação, neste caso pastoral. E os homens deveriam questionar o sentido de autoridade, não hierárquica, mas espiritual, respeitando mutuamente as vocações que estão a serviço do reino de Deus.

O que demonstra isto? Demonstra uma desvalorização da mulher, ainda que inconsciente. E nos leva a pensar que, embora, secularmente, a mulher tenha alcançado espaços mais amplos, e até já se tenha tornado “senso comum” a aceitação, ao menos teoricamente, dos direitos iguais para homens e mulheres, parece que o mesmo não tem ocorrido com fluência nas igrejas evangélicas. No âmbito eclesial, o processo tem sido mais lento, em função de já nos termos acostumado a aceitar uma série de interpretações bíblicas em relação à mulher e seu papel na igreja. O problema é que a teologia, enquanto produção humana, tem sido quase que totalmente monopolizada por homens, sendo forte expressão da perspectiva eclesial e ministerial masculina.

É verdade também que grande parte da compreensão que as mulheres têm a respeito de si mesmas e do seu papel na igreja vem eivada de preconceitos, onde o machismo assume a postura "sagrada" na palavra de muitos pastores. O que ocorre, em muitos casos, é que as mulheres introjetam esses conceitos e enfrentam sérias dificuldades em trabalhar certas questões com autonomia e desenvoltura. Neste ponto, Jean Baker Miller observa:

*"O grupo dominante inevitavelmente tem a maior influência na denominação dos valores culturais: na filosofia, moralidade, teoria social e até na ciência. O grupo dominante legitima a relação desigual e a incorpora nos conceitos que guiam a sociedade. Os subordinados (mulheres) são perpetuamente encorajados para desenvolver aquelas características prescritas para elas, e quando elas não o fazem, são consideradas não bem ajustadas."*

### III

#### Algumas pistas a serem perseguidas

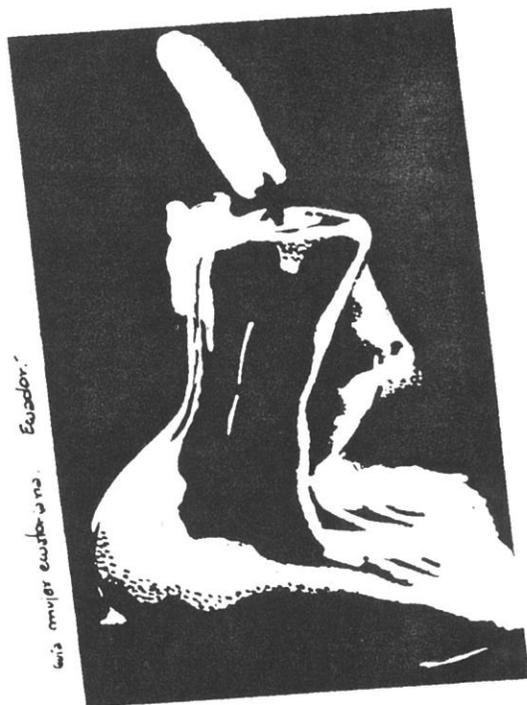
Diante de tudo o que foi exposto, temos que admitir que muitas vezes a igreja, ao invés de ser uma comunidade terapêutica, promotora de sanidade no indivíduo, na família e na sociedade, ela tem nos feito adoecer, pelo tipo de relações que tem produzido e reproduzido. Digo isto, porém, não com o fatalismo de quem não acredita mais que as coisas possam ser diferentes, mas com a esperança da renovação. Acredito que as mudanças que vem ocorrendo em nível de sociedade brasileira já estão ocorrendo em nível eclesial, ainda que num passo mais lento.

Nesta perspectiva, gostaria de apontar para algumas pistas que nos podem ajudar nessa caminhada em direção a relações mais justas, no contexto do ministério da igreja.

#### 1. Resgatar o princípio feminino

Num artigo intitulado "Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade" Bila Sorj levanta uma questão que nos pode ajudar a pensar a problemática aqui levantada. Esta autora diz que *"análises feministas recentes consideram que a emancipação das mulheres passa por uma ruptura radical com a tradição moderna, especialmente no que diz respeito à vida política e moral"*. Alegam que os ideais

de igualdade formal e racionalidade universal são profundamente enviesados por uma visão masculina do ser humano, da natureza e da sociedade. A dominação masculina não seria apenas um desvirtuamento da vida política moderna, mas constituiria a própria modernidade. Alegam também que ao construir um ideal de esfera pública e instituições políticas fundadas numa moral racional, pretensamente imparcial e universal, a sociedade moderna teria excluído e desvalorizado a experiência das mulheres, mais particularista, específica e afetiva.



Esta reflexão encontrou nas pesquisas de Carol Gilligan um forte ponto de apoio para afirmar a existência de uma ética feminina em relação a princípios de justiça e igualdade, diferente da masculina. Enquanto os homens vivenciam o mundo mais em termos de separação e independência, o que é mostrado pela tendência a se construírem leis baseadas em direitos que delimitam a fronteiras entre o self e o outro, a experiência das mulheres seria mais centrada no cultivo de conexões e interdependência, construindo relações morais baseadas no cuidado com outros. As mulheres então seriam diferentes dos homens, porque no centro de sua existência estão outros valores: a ênfase no relacionamento interpessoal, o cuidado com o outro, a proteção da vida, a valorização da intimidade e do afetivo, a gratuidade das relações.

Se o mundo público, a cultura e as instituições

se organizam por intermédio de uma moral racional, haveria pouca chance de se ver incluída a perspectiva das mulheres. Conseqüentemente, ou as mulheres abandonam sua identidade particular e se integram no "humano universal", ou bem estariam excluídas do mundo público.

Concordo com a crítica que Bila Sorj faz em torno da rigidez com que a oposição entre o mundo público e privado é tratado. Não me parece que esta representação do mundo público como território exclusivo da razão masculina, enquanto o mundo privado seria zona livre do afeto e da emoção, encontrem respaldo na realidade. No entanto, penso que não podemos abandonar tão rapidamente as colocações feitas acima. Principalmente, após ler uma pesquisa publicada na Folha de São Paulo intitulada "Pesquisa revela a crise das mulheres". Em síntese, ela dizia que "as mulheres urbanas de 35 a 45 anos, que responderam ao apelo do movimento feminista e foram à luta - demonstraram competência, ocuparam espaço no mercado e garantiram sua liberação sexual e existencial - estão em crise. Consideram-se divididas entre ser mãe e profissional, acham que o que ganharam em independência e poder, perderam em sensibilidade e estão a procura de uma equilibrada identidade feminina".

Muito interessante este dado. É como se para ocupar um espaço no mundo público a mulher tivesse que anular uma parte de si mesma, deixar de ser o que é. Isto me faz pensar que vivemos num mundo construído essencialmente por homens que escolheram desenvolver sua razão em detrimento da emoção; a autonomia em detrimento da relação, a justiça em detrimento do cuidado. O resultado é uma sociedade fria, impessoal, onde as conquistas tecnológicas se multiplicam, mas as neuroses também. Assim, é preciso resgatar o princípio feminino tanto no homem como na mulher. Pois existem homens que conseguem integrar mente e afetividade e existem mulheres que, na ânsia de competir com homens, abdicaram de sua feminilidade.

Depois de séculos de desvalorização, cabe à mulher "*dizer à sociedade a riqueza do universo feminino, até agora oculta porque gratuita, mas também porque não dita, não reconhecida pelas próprias mulheres*".

Como diz um depoimento, trazido pela revista *Veja*: "*A brasileira reformou a vida doméstica, disputou o mercado de trabalho e começa a sair da toca para, no espaço público, ser mulher.*" Este é o desafio agora. Ter a coragem de "mostrar a cara", de ser mulher no mundo dos homens.

## 2. Integrar papéis masculinos e femininos

É preciso questionar essa divisão rígida que a

sociedade tem feito do que é "papel masculino" e do que é "papel feminino". Isso se aplica à igreja também, quando se faz a divisão do que sejam "ministérios masculinos" e "ministérios femininos".

Bila Sorj nos ajuda neste ponto ao afirmar que essa dualidade congela características que se encontram de maneira mais predominante, ou de forma mais aguda, em um ou outro, mas sobre os quais nenhum grupo de gênero possui monopólio, nem da experiência, nem dos valores a elas associadas. Se o pensamento crítico é o de não transformá-las em camisa de força ou de meramente inverter a hierarquia de valor, mas, ao contrário, de aprofundar nossa visão de como estes pólos se interpenetram na vida social, o feminino no masculino, o privado no público, e vice-versa.<sup>7</sup>

Nesta fase de transição de papéis, creio que o desafio não é tanto redefinir os papéis e sim buscar esta interpenetração. Isto significa dizer que não há papéis exclusivos de um gênero ou outro. Estes são intercambiáveis.

Na esfera familiar, esta visão integrada possibilitaria uma participação maior do homem nas tarefas domésticas, inclusive na criação dos filhos. Segundo Nancy Chodorow, essa co-participação de homens e mulheres na criação dos filhos evitaria as assimetrias heterossexuais que formam a base para a divisão do mundo social em esferas doméstica e pública desigualmente valoradas, cada qual sendo área de pessoas de gênero diferente. Isso não significa que as diferenças entre os gêneros desapareceriam. Não! Ambos os gêneros permaneceriam com as capacidades positivas que cada um possui, mas sem os extremos destrutivos a que essas atualmente tendem.<sup>8</sup>

Na esfera eclesiástica, poderíamos ter então uma participação mais igualitária de homens e mulheres, em todas as áreas de atuação, sem os preconceitos e estereótipos que temos hoje. Teríamos homens exercendo o serviço, a compaixão, permitindo-se expressar ternura e cuidado para com outros; mulheres exercendo liderança de processos, articulando discursos, opinando, etc. Haveria também a possibilidade de incluir a perspectiva considerada feminina, em todos os processos decisórios e questões de ética.

## 3. Buscar novos espaços, a partir da própria mulher

Ligado a isto está o desafio para as mulheres de olharem primeiramente para si mesmas e se conscientizarem da sua própria identidade e valor, de da-

7 Bila Sorj, "O feminino como metáfora da natureza". In: *Estudos Feministas*, n.92, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1992, p.147.

8 Nancy Chodorow, *A psicanálise da maternidade*, Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1990, p.270.

rem a si mesmas o reconhecimento do seu trabalho, do seu potencial; de valorizarem aquilo que lhes é único e peculiar; de ocuparem os espaços que são seus, ao invés de ficarem à espera de que os homens as reconheçam e lhes abram espaço. É preciso superar o "complexo de cinderela", sair à luta, batalhar.

#### 4. Redimensionar o conceito de poder

Outro desafio é repensar o conceito corrente de poder como domínio sobre pessoas, a partir da experiência das mulheres. É preciso entender que mulheres exercem o poder de forma diferente, mas que não deixa de ser poder. É um poder compartilhado, que nasce das bases, poder que convoca sem a necessidade de se fazer uso dos métodos de coerção; poder que levanta o outro; poder solidário, comunitário.

## IV

### Considerações finais

Vários dos problemas identificados na primeira parte com relação à participação das mulheres na igreja são decorrentes, basicamente, de uma visão que desvaloriza o feminino, que julga as questões com os critérios masculinos, que atribui valores diferenciados às qualidades masculinas e femininas. Daí, toda a tensão, presente não só na igreja, mas na sociedade também, entre a participação e a exclusão das mulheres.

Tentei apontar, ao final, para algumas direções para onde creio que deveríamos caminhar. São pistas que talvez nos ajudem, homens e mulheres, a encontrar novos caminhos para trilharmos juntos.

Encontrar esses novos caminhos exige que tenhamos a convicção profunda de que as mulheres não são inferiores aos homens, mas também não são iguais a eles e que essa diferença, longe de representar uma desvantagem, contém um potencial enriquecedor da cultura.

Estas são apenas pequenas sementes plantadas que, acrescidas às de outras tantas pessoas, poderão dar-nos esperanças renovadas de uma sociedade onde as relações humanas sejam mais ternas, justas e solidárias.

*"Vou plantar uma árvore.*

*Qual vai ser, ainda não sei.*

*A copa deverá ser grande, para que as crianças se ajuntem à sua volta. De preferência, que seus*

*galhos sejam fortes: lembro-me da mangueira velha de minha infância, onde pendurei um balanço. E penso nos passarinhos que virão, quando seus frutos amadurecerem...*

*Mas, o mais importante de tudo: deverá crescer devagar, muito devagar."*<sup>9</sup>

### Bibliografia

- Bingemer, Maria Clara. *O segredo feminino do mistério*. Petrópolis, Editora Vozes, 1991
- Carroll, E. e outras. *A mulher numa estrutura eclesial masculina*. Petrópolis, Editora Vozes, 1980
- Chodorow, Nancy. *Psicanálise da maternidade*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1990
- Gebara, Ivone. *As incômodas filhas de Eva na igreja da América-Latina*. São Paulo, Editora Paulinas, 1989
- Gilligan, Carol. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1991
- Ortiz e Scott, ed. *Mujer*. Guadalajara, México, Editorial Kyrios, 1990
- Raming, Ida. "Da liberdade do evangelho à igreja estratificada de homens", In: *A mulher numa estrutura eclesial masculina. Concilium* v.154, 1980/4. p.5-28
- SORJ, Bila, "O feminino como metáfora da natureza". In: *Estudos Feministas*, n.92, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1992, p.143-150
- SORJ, Bila, "O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade". In: Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Cristina. *Uma questão de gênero*. Editora Rosa dos Tempos/SP e Fundação Carlos Chagas/RJ, 1992, p.15-22

9 Rubem Alves, *Pai Nosso - Meditações*, São Paulo, Edições Paulinas, 1987, p.82